
	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO:
				FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA () PMTM () SOCIAL (X) SAÚDE () EDUCAÇÃO			RÚBRICA:

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar a coleta, transportes, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, de lixo patológico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município.

2. Especificação do produto/quantitativos:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT	MARCA DE REFERÊNCIA
01	Coleta, transporte, tratamento de destinação e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde. Grupo A, B e E. Grupo A – até 100 kg/mês Grupo B – até 12 kg/mês Grupo E – até 10 kg/mês	Mês	12	19380	

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de uma empresa especializada em coleta de resíduos se faz necessária para garantir a destinação correta dos materiais descartados, promovendo a preservação ambiental e o cumprimento das normas regulatórias. Além disso, a gestão eficiente dos resíduos contribui para a saúde pública, reduzindo riscos de contaminação e proliferação de vetores de doenças.

Outro fator determinante é a necessidade de conformidade com legislações ambientais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para o descarte sustentável. Empresas especializadas possuem tecnologia, estrutura e licenciamento adequado para realizar essa atividade de forma segura e eficiente.

Além disso, assegura a coleta, transporte e destinação adequada dos resíduos gerados, de acordo com as normas ambientais vigentes. Dessa forma, busca-se minimizar impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir um ambiente limpo e seguro para a comunidade.

3.2. Interesse público: Trata-se de um serviço essencial, bem como é necessário que o serviço contratado seja de forma contínua.

A contratação visa alcançar maior segurança no processo de descarte dos resíduos sólidos de saúde, obedecendo todas as etapas de manejo de gerenciamento, especialmente na coleta, transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados pelas unidades de saúde sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde desta municipalidade.

3.3. Metodologia do quantitativo: Os quantitativos da aquisição foram estimados de acordo com o consumo verificado nos últimos 12 meses, considerando as demandas oriundas da necessidade do Hospital Municipal Francisco Limongi.

3.4. Justificativa do Quantitativo solicitado: Informações baseadas na utilização do ano anterior e com previsibilidade de possível crescimento.



4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE
(art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

4.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): **12 (doze) meses, a partir da assinatura contratual.**

4.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

4.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA () PMTM () SOCIAL (X) SAÚDE () EDUCAÇÃO		RÚBRICA:

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/2021:
Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a MENOR COMPLEXIDADE do objeto e o valor estimado enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar.
Contudo, mesmo com a ausência do ETP, fazem-se necessárias informações mínimas para contratação e cumprimentos dos dispositivos legais constantes no art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, capazes de maximizar o interesse público e a devida segurança jurídica, os quais veremos a seguir neste Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A solução proposta visa à contratação de uma empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos, garantindo conformidade com as normas ambientais e sanitárias vigentes.
O serviço deve atender às necessidades específicas da Secretaria, considerando a classificação dos resíduos gerados, a frequência da coleta e a destinação ambientalmente correta.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias nos materiais entregues a contar da data de recebimento definitivo do objeto.

6.3. As despesas da execução da garantia de serviços aqui citada deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021):



7.1.1. Requisitos Legais e Regulatórios
Licenciamento Ambiental – A empresa deve possuir licença válida junto aos órgãos ambientais competentes (municipais, estaduais ou federais).
Autorização da Anvisa e Vigilância Sanitária – Regularização conforme a **RDC 222/2018** da ANVISA.
Cadastro no IBAMA – Obrigatório para transporte de resíduos perigosos.
Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) – Emissão do documento para rastrear a destinação final.
Certificado de Destinação Final (CDF) – Comprovação do descarte correto dos resíduos.

7.1.2. Requisitos Técnicos e Operacionais
Frota Especializada – Caminhões e veículos próprios para transporte de resíduos de saúde, com identificação, isolamento térmico e desinfecção regular.
Treinamento de Equipe – Funcionários devem ser capacitados para manuseio seguro, uso de EPI's e normas de biossegurança.
Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) – A empresa deve seguir o plano estabelecido pelo hospital.
Acondicionamento e Armazenamento Temporário – Coleta dos resíduos segregados corretamente, respeitando os grupos:

- **Grupo A** – Infectantes
- **Grupo B** – Químicos
- **Grupo C** – Radioativos
- **Grupo D** – Comuns
- **Grupo E** – Perfurocortantes

7.1.3. Critérios Contratuais e Administrativos
Prazo de Coleta e Frequência – Atendimento conforme necessidade do hospital (diário, semanal, emergencial).
Seguros e Responsabilidade Civil – A empresa deve possuir seguro contra danos ambientais e acidentes.
Política de Sustentabilidade – Preferência para empresas que adotam práticas sustentáveis no descarte e reciclagem de resíduos.
Comprovação de Experiência – Empresas devem apresentar atestados técnicos e experiência comprovada na coleta de resíduos hospitalares.
Garantia de Continuidade do Serviço – Previsão contratual para evitar interrupções no serviço por falhas da



	<p align="center">PODER EXECUTIVO</p> <p align="center">MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</p> <p align="center">GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</p> <p align="center">PÚBLICAS</p> <p align="center">NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</p> <p align="center">()PMTM ()SOCIAL (X)SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

contratada.

7.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Apresentação de documentos, conforme solicitado posteriormente pelo Agente de Contratação.

7.3. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

(art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

8.1. A prestação do serviço ocorrerá após a emissão da nota de empenho pela empresa e solicitação pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.2. O objeto do contrato deverá ser realizado quinzenalmente, às sextas-feiras, no Hospital Municipal Francisco Limongi, no horário entre 09:00 horas e 16:00 horas. Os resíduos dos PSF's, Postos e Subpostos de Saúde, serão recolhidos e direcionados ao ponto de coleta até 01 (um) dia anterior ao dia marcado da coleta.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, através de relatório em duas vias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 02(dois) dias.

8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

8.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1.1. Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

9. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

As obrigações da empresa contratada para a **coleta de resíduos hospitalares** devem seguir as normas da **Anvisa (RDC 222/2018)**, **CONAMA (Resolução 358/2005)** e demais legislações estaduais e municipais, conforme abaixo:

1. Coleta e Transporte Seguro

Realizar a **coleta periódica** conforme o cronograma estabelecido pelo hospital.

Utilizar veículos adequados e **licenciados** para transporte de resíduos de saúde.

Garantir que os **coletores e contêineres** estejam devidamente identificados e em conformidade com as normas de biossegurança.

2. Armazenamento e Manipulação

Manter os resíduos em locais apropriados, seguindo as regras de **armazenamento temporário e externo**.

Evitar o **vazamento, contaminação ou riscos** ambientais e à saúde pública.

3. Classificação e Segregação

Seguir as regras de segregação de resíduos de **Grupo A (infectantes), B (químicos), C (radioativos), D (comuns) e E (perfurocortantes)**.

Coletar **somente os resíduos corretamente acondicionados pelo hospital**.

4. Treinamento e Qualificação

Garantir que os funcionários estejam **capacitados e treinados** para manuseio, coleta e transporte seguro.

Disponibilizar **EPI's (Equipamentos de Proteção Individual)** apropriados aos trabalhadores.



5. Licenciamento e Regulamentação

Possuir **licença ambiental e sanitária** vigente.



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: FOLHA: RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA			
() PMTM () SOCIAL (X) SAÚDE () EDUCAÇÃO			

Atender às exigências dos órgãos reguladores, como **Vigilância Sanitária, IBAMA e órgãos ambientais estaduais.**

6. Destinação Final Adequada

Encaminhar os resíduos para locais licenciados, como **aterros sanitários especiais, incineradores ou empresas de tratamento.**

Emitir documentos como **Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR)** e Certificado de Destinação Final (CDF).

7. Responsabilidade Ambiental e Legal

Prevenir **impactos ambientais** e adotar medidas de segurança.

Responder legalmente por falhas no cumprimento da legislação vigente.

8. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e/ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17. Manter, durante a vigência do contrato, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18. Orientar seus funcionários a serviço deste contrato para que conduzam os trabalhos de acordo com as normas técnicas adequadas, em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

19. Fornecer os serviços no local de entrega previsto neste termo, acompanhados do(s) correspondente(s) Termo(s) de Garantia e Suporte (se for o caso);

20. Promover por sua conta a cobertura, por meio de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo;

21. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual;

22. Ser a única responsável, integral e exclusiva, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar a Administração ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços/aquisição de mercadorias objeto do presente termo, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde;

23. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização desta Administração;



24. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização desta Administração;

25. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21;



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO:
				FOLHA:
	TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA () PMTM () SOCIAL (X) SAÚDE () EDUCAÇÃO			RÚBRICA:

9.2 OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

9.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às suas dependências, relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2.2 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos, não previsto no presente edital, e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para Administração ou modificação das obrigações;

9.2.3 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste termo;

9.2.4 Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos a partir de sua assinatura do instrumento contratual, obedecendo aos critérios estabelecidos nesse termo de referência.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.4. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso): Fiscal do futuro contrato: Sonia Regina David Silva/ Mat: 4342 e Gestor do futuro Contrato: Sonia Regina David Silva/ Mat: 4342

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

11.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos e direcionados ao Fundo Municipal de Saúde - Trajano de Moraes - CNPJ nº 12.995.547/0001-53, endereço Rua Coronel João Guimarães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

13.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

14.1. Consórcios



a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO:
				FOLHA:
				RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA				
() PMTM () SOCIAL (X) SAÚDE () EDUCAÇÃO				

consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o TCE-RJ por todos os atos praticados pelo consórcio;

c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

14.2. Cooperativas

a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais)**.
(ARQUIVO 03 - ESTIMATIVA DE PREÇOS PRÉ APURADA PELO NÚCLEO DE COMPRAS EM ANEXO).

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

17.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Saúde	1801103010035352051	33903900	160000	12

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O presente termo foi concebido com base na Lei nº 14.133/21, e demais legislações pertinentes.

19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:
 Anexo I - Planilha de Preços Pesquisados
 Anexo II - Memória de Cálculo.

Trajano de Moraes, 07 de abril de 2025. Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428 Renato Martins Bueno Mat: 4412	De acordo com Termo de Referência. Janaina de Carvalho Cunha Guzzo Secretária Municipal de Saúde Maria Helena Queiroz Neves Garcez. Matrícula: 13753
--	---

